

Versão final – Sumário Executivo

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura Cidade Tiradentes**

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Giuseppe Filocomo

.

Lista de siglas

COVID 19	Doença causada pelo novo corona vírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
EETU	Eixos e Estruturação da Transformação Urbana
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEOINFO	Coordenadoria de Produção e Análise de Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
MSP	Município de São Paulo
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
PA	Perímetro de Ação
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PRS	Plano Regional da Subprefeitura
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SGM	Secretaria de Governo Municipal
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZPI	Zona Predominantemente Industrial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	13
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	21
Quadro 1: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	28
Quadro 2: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	32
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	34
Quadro 3: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Cidade Tiradentes.	37
Quadro 4: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Cidade Tiradentes.	46

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	8
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	17
1. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	20
2. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	33
3. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	45
ANEXOS	49

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata do “Sumário Executivo dos Planos de Ação Regionais das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019.

O Sumário Executivo dos Planos de Ação Regionais das Subprefeituras da Cidade de São Paulo está organizado como uma separata, contendo a síntese dos processos e resultados para cada uma das 32 Subprefeituras. A primeira parte contém uma síntese do processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. A segunda parte, composta pelos capítulos 1, 2 e 3, refere-se à uma síntese das Propostas e Recomendações elaboradas para cada uma das 32 Subprefeituras do município de São Paulo.

Ainda integram o Sumário Executivo dos Planos de Ação Regionais das Subprefeituras da Cidade de São Paulo:

Anexo 01 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 02 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo. O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2030.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local. Para este trabalho, de modo geral, foram considerados somente os Perímetros de Ação inseridos integralmente nos territórios das Subprefeituras, e descartados os Perímetros de Ação Macrorregionais. Cabe reforçar, contudo, que isso foi de decisão autônoma por Núcleo Regional de Planejamento, e em acordo com as especificidades das Subprefeituras. Assim, algumas Subprefeituras consideravam e avaliavam os

Perímetros de Ação Macrorregionais, a exemplo de Subprefeituras da Macrorregião Leste 1.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter

devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;
- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;
- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;

- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020. Estes mapas podem ser consultados no **Anexo 02** do Produto 6 - Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido na “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020”, apresentado integralmente no **Anexo 01** do Produto 6 - Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores

contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

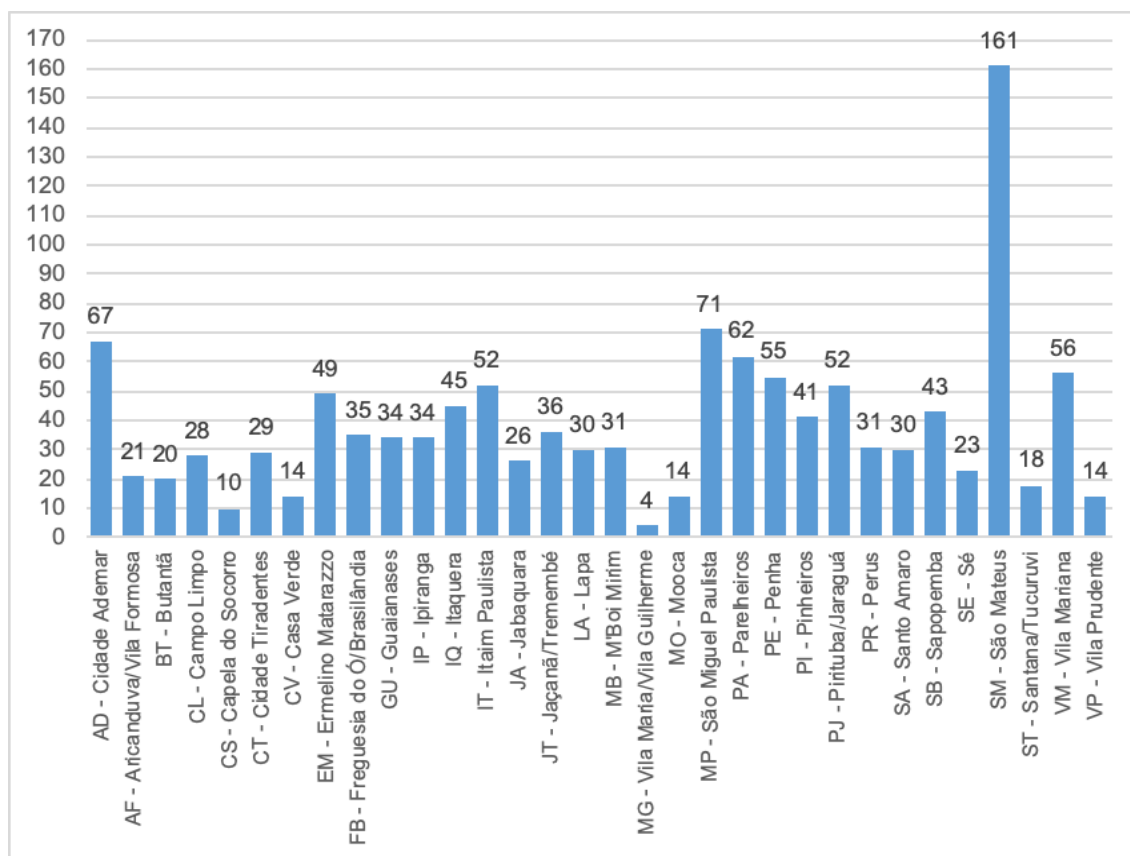
As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS). Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Gráfico 1**.

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais. As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições de sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU-PMSP.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas *sine-die*.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras (cf.

Quadro 6 - Produto 6 - Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras), e Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras (cf. **Quadro 8** - Produto 6 - Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 3** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Para reforçar o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, apresentam-se recomendações para os Planos de Ação para 2021 e também para o período 2021-2024, com a intenção de que a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras se transforme em prática rotineira de planejamento participativo.

Nesse sentido recomenda-se:

- Fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, enquanto instâncias fundamentais para a elaboração e

integração de ações setoriais, assim como para a elaboração e implementação dos Plano de Ação das Subprefeituras e implantação dos objetivos e diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras;

- Implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados e informações territorializadas, que subsidie a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento intersecretarial e descentralizado;
- É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, tendo em vista sua responsabilidade de organizar as bases para a formulação dos Planos Regionais e Planos de Ação das Subprefeituras;
- Acompanhamento processual sobre a implementação das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras, assim como subseqüentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de 2030, nos termos do Plano Diretor Estratégico 2014;
- Constante monitoramento dos Planos Regionais e Planos de Ação das Subprefeituras pela administração pública, à exemplo do que ocorre para o PDE 2014;
- Ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, o qual poderá contribuir para a melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações integradas setoriais com base nos objetivos, diretrizes e metas de âmbito dos Planos Regionais das Subprefeituras;
- O Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e o Programa de Metas 2021-2024 deve informar o processo orçamentário municipal, o Plano Plurianual 2022-2025, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais;
- O financiamento da estruturação urbana local deve estar orientado por metas intersetoriais, como orientam os Planos Regionais das Subprefeituras, metas

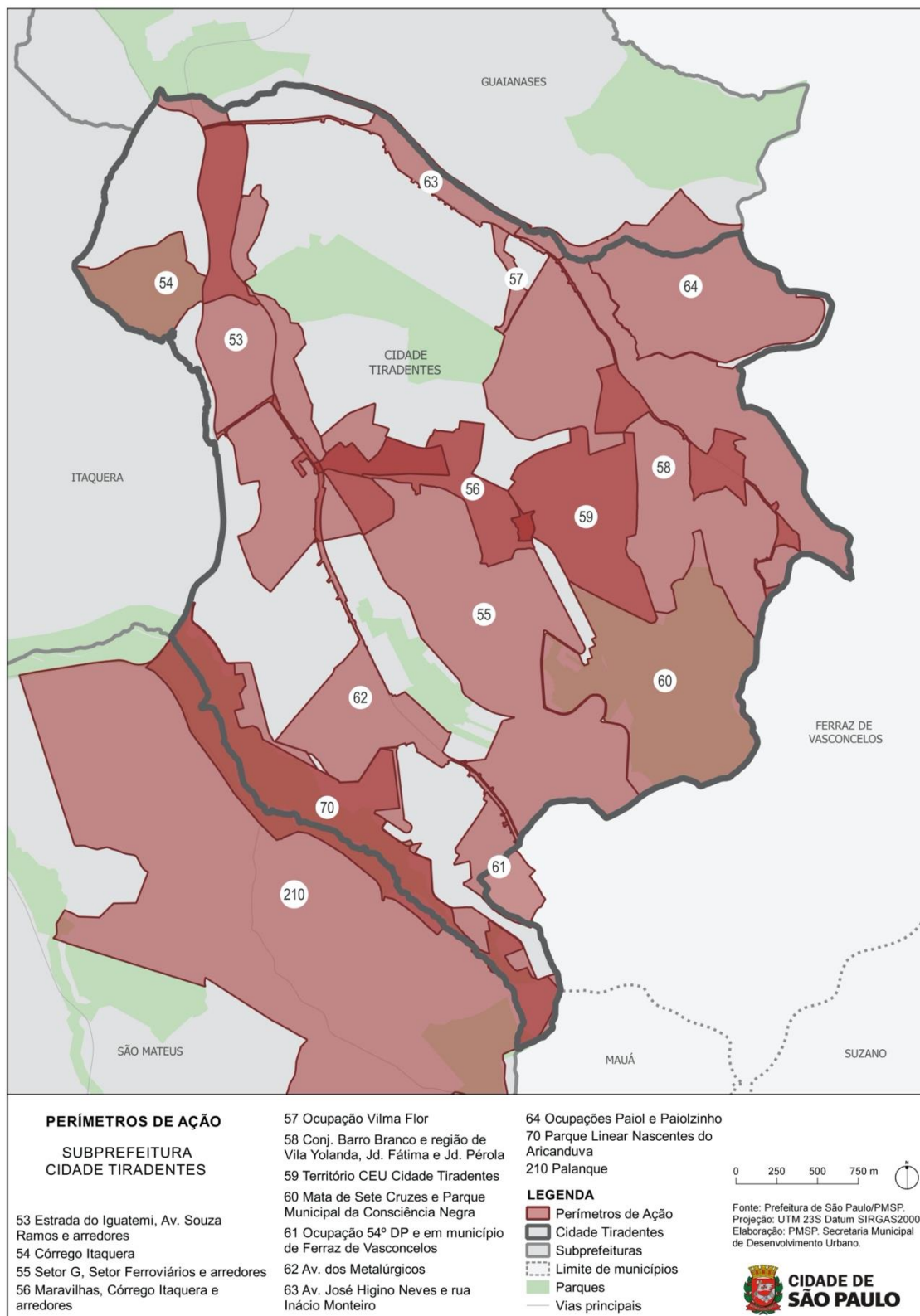
articuladas também às especificidades levantadas pelo planejamento urbano;

- Articulação entre eventos comuns relativos aos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, de modo a fortalecer a participação da sociedade civil organizada. Isso implica necessidade de uma articulação prévia entre secretarias, órgãos setoriais específicos e órgãos responsáveis pelo planejamento das finanças públicas;
- Fortalecimento dos Conselhos Participativos Municipais e do próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os CPMs contribuem sobremaneira para o debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência e percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos no planejamento urbano local.

1. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

A seção sintetiza a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras. Essa priorização se dá a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação e da aplicação da referida metodologia durante as reuniões realizadas nos Núcleos Regionais de Planejamento.

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.*



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

* **Mapa 1** é apresentado em formato A3 por **Anexo 01**.

As orientações a seguir pautaram os objetivos das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento para a priorização dos PAs dos Planos Regionais de cada Subprefeitura:

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021”.

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapas 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapas 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapas 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

I - a dimensão social, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais;

II - a dimensão ambiental, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;

III - a dimensão imobiliária, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;

IV - a dimensão econômica, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;

V - a dimensão cultural, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos:

I - macrozonas e macroáreas, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;

II - rede de estruturação e transformação urbana, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:

a) macroárea de Estruturação Metropolitana, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;

b) rede estrutural de transporte coletivo, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;

c) rede hídrica e ambiental constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;

d) rede de estruturação local, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.

Parágrafo único. Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas,
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana- MEM.
- Inserção em Eixos e Estruturação da Transformação Urbana- EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPIs, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapa 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 1: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

Critérios de Análise dos Perímetros de Ação	Pontuação	
	Sim	Não
1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?	1	0
2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?	1	0
3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, ligue os pontos, outros.	1	0
4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?	1	0
5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.	1	0
6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.	1	0
7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.	1	0
8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. (Cf. Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – **Anexo 1**).

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020.

Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

Relevância do Projeto para o Perímetro de Ação			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Fator de Multiplicação
1	2	4	

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento, em execução, ou executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

Situação do Projeto			
Em Planejamento	Executado	Em execução	Fator de Multiplicação
1	2	4	

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapa 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o artigo Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapas 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. são:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

Resultado da aplicação dessa metodologia, apresenta-se o quadro síntese para os critérios de seleção e priorização dos Perímetros de Ação da Subprefeitura Butantã. O **Quadro 2** apresenta os Perímetros de Ação priorizados, os critérios de seleção destacados por Perímetro de Ação, e informações relevantes sobre o processo de priorização dos Perímetros de Ação.

Quadro 2: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

Perímetro de Ação	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
PERÍMETRO 58- CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIAO DE VILA YOLANDA, JARDIM FATIMA E JARDIM PEROLA	<p>Critério(s) preponderante(s): 2. Inclusão socioeconômica ; 4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; 6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana</p> <p>Características PA: Assentamentos precários; vulnerabilidade socioambiental; demanda por equipamentos e serviços públicos. Programa de Metas 2019-2020 prevê uma série de ações, tal como produção habitacional, regularização fundiária, obras em área de risco; implantação de CEU Cidade Tiradentes, dentre outras ações.</p>
PERÍMETRO 53- ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES	<p>Critério(s) preponderante(s): 7. Mobilidade Urbana</p> <p>Características PA: PDE indica implantação Linha 15 do Metrô; PDE indica implantação corredor de ônibus Perimetral Leste; Há assentamentos precários; vulnerabilidade socioambiental; demanda por equipamentos e serviços públicos; centralidade de Cidade Tiradentes.</p>
PERÍMETRO 55- SETOR G, SETOR FERROVIARIOS E ARREDORES	<p>Critério preponderante: 7. Mobilidade Urbana; 8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil Urbana</p> <p>Características PA: Assentamentos precários; vulnerabilidade socioambiental; precariedade sistema viário; possibilidades a respeito do desenvolvimento econômico.</p>

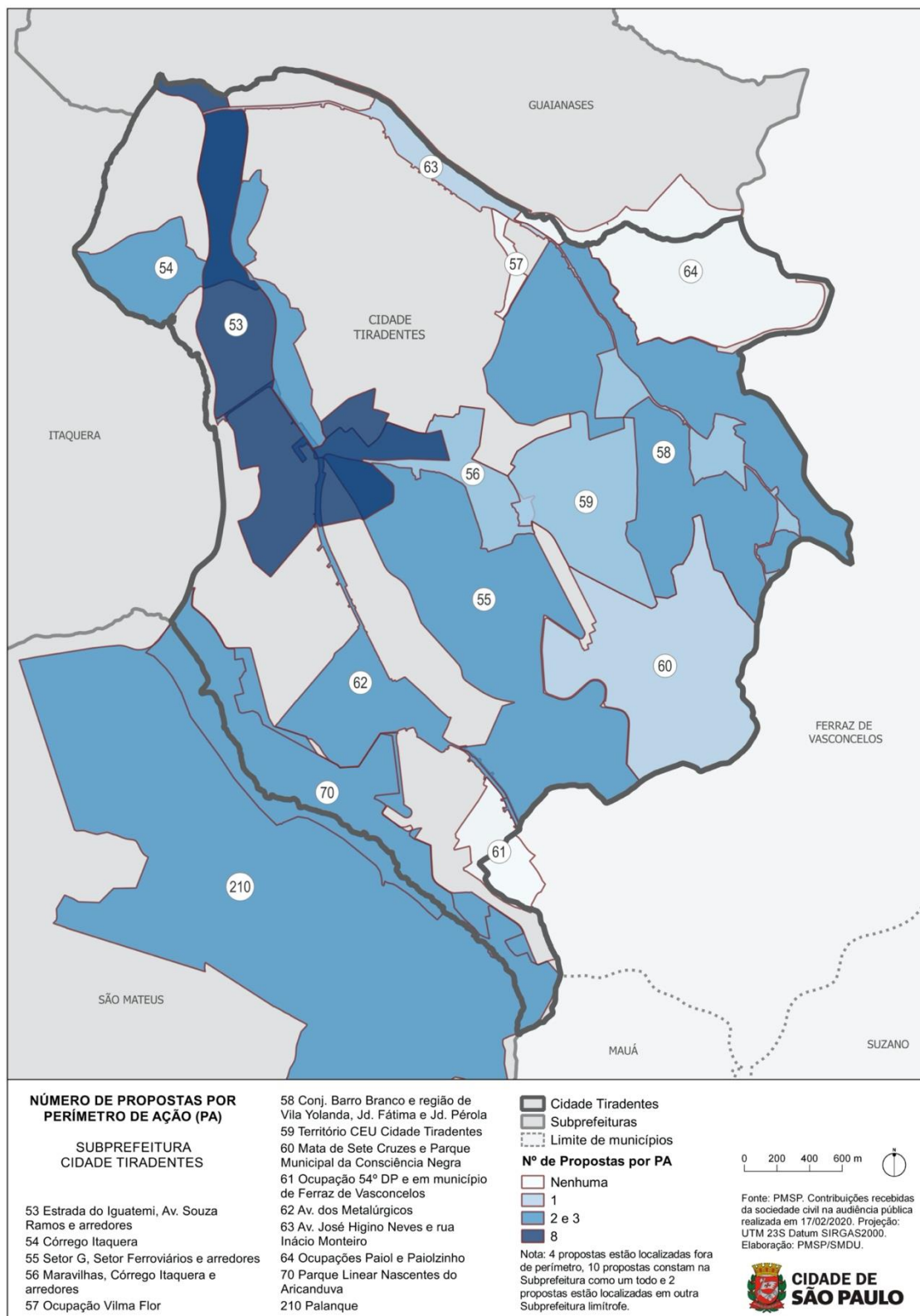
Elaboração: Consultores UNESCO.

O resultado da Priorização dos Perímetros de Ação fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

2. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

A seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade civil. Essas contribuições remontam a consulta pública realizada no dia 17 de fevereiro de 2020. As propostas da sociedade civil foram sistematizadas, e a sistematização incorpora uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas às propostas em acordo com as secretarias municipais, a pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura. O **Mapa 2** detalha o número de propostas da sociedade civil que incidem sobre os Perímetros de Ação. O **Quadro 3** sistematiza e avalia as propostas da sociedade civil.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.*



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

* **Mapa 2** é apresentado em formato A3 por **Anexo 02**.

2.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições ou propostas da sociedade civil inclui informações sobre (a) proposta; (b) Perímetro de Ação; e (c) classificação da proposta.

A relação estabelecida entre (a) propostas e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal. Verificou-se que há propostas genéricas que não encontram correspondência clara com territórios específicos da Subprefeitura, por exemplo: “Oferta de moradia na Subprefeitura”, ou apenas “Moradia”. Essas propostas são debatidas de modo amplo e para todo o território da Subprefeitura. As propostas genéricas também foram classificadas e avaliadas, com atenção ao Plano de Ação da Subprefeitura.

A (c) classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.

Na classificação no item (i) investimentos nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item (ii) gestão e monitoramento urbano nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos, nos referimos a propostas que ainda demandam avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de (iv) zeladoria se referem a manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, também de importância para a qualidade de vida na cidade, e em geral remontam a despesas de custeio pela administração pública.

Foram identificadas pela Secretaria de Governo Municipal as secretarias municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas da sociedade civil.

O estudo das contribuições da sociedade civil inclui ainda avaliação sobre a “pertinência” da proposta, apresentada pelo **Quadro 3**. O conceito de pertinência sintetiza a integração da proposta ao processo de planejamento urbano, ao Plano Regional da Subprefeitura e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Por exemplo: limpeza

de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina da Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação da Subprefeitura. Mesmo que não considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil foi encaminhada a esferas competentes da administração pública municipal.

A Subprefeitura Cidade Tiradentes recebeu 29 propostas da sociedade civil. Essas propostas são apresentadas adiante, sistematizadas em acordo com os respectivos Perímetros de Ação, ou seja, de forma territorializada.

Quadro 3: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Cidade Tiradentes.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP) ¹	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
1	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Reforma da escada da Rua Barão Dinis de Samuel - Jardim Souza Ramos	Manutenção do espaço público	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
2	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Semáforo na rua Arroio Arapongas com rua Barão Dinis de Samuel	Gestão tráfego	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
3	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Córrego Milagres dos Peixes ao lado do Terminal	Prover infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
4	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Mobilidade Urbana: criação de linha noturna no Jd. Souza Ramos e Pedra Branca	Gestão de concessão de ônibus - rotas noturnas	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
5	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	UBS: criação de UBS no Jardim Souza Ramos	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim

¹ A coluna “Proposta municipal” é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
6	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 54 Córrego Itaquera 70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Duplicação da Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
6	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 54 Córrego Itaquera 70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Duplicação da Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
7	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 56 Maravilhas, Córrego Itaquera e arredores	Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha.	Resolução questão habitacional	Investimento	14 - Habitação	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
7	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 56 Maravilhas, Córrego Itaquera e arredores	Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha.	Resolução questão habitacional	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
8	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores Fora de perímetro	Asfalto novo na Rua Barão Carvalho do Amparo e Rua Barão Diniz de Manuel	Manutenção do sistema viário	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
9	54 Córrego Itaquera	Rio da Mario Ferrais - A ponte está cedendo as calçadas e o mato tomou conta da calçada	Zeladoria urbana	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
10	54 Córrego Itaquera 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 62 Av. dos Metalúrgicos	Sinalização viária na Metalúrgicos e Estrada Iguatemi	Gestão tráfego	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
11	55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores	Projeto da UBS Setor G (Acetel)	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
12	58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola	Construção da UBS Jd. Vitória	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
13	58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola 59 Território CEU Cidade Tiradentes	Risco grande de deslizamento no fundo dos quintais das casas que ficam localizadas na Rua Cachoeira da Sorte (Favela Maravilha). Risco para as famílias que construíram seus barracos.	Resolução questão habitacional	Investimento	25 - Segurança Urbana	Sim
14	58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola 63 Av. José Higino Neves e Rua Inácio Monteiro	Buracos na rua Nova Guianazes com Rua Inácio Monteiro	Manutenção do sistema viário	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
15	60 Mata de Sete Cruzes e Parque Municipal Consciência Negra Fora de perímetro	Parques, ciência, consciência no Parque Vila do Rodeio - melhorias	Manutenção do sistema de áreas verdes e parques	Zeladoria	28 - Verde e Meio Ambiente	Não
16	62 Av. dos Metalúrgicos	Estacionamento no Hospital Cidade Tiradentes	Gestão equipamento público	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Não
17	70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Sempre cobro uma nova entrada da Cidade Tiradentes pela Estrada do Palanque	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
17	70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Sempre cobro uma nova entrada da Cidade Tiradentes pela Estrada do Palanque	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
18	Fora de perímetro	Sugiro estudo de viabilidade de extensão da Rua Barão Monteiro do Tremembé com Av. Souza Ramos. Hoje já existe uma "rua informal" sem pavimento que liga esses 2 logradouros. Apenas motos e pedestres tem acesso devido às más condições do local. O principal benefício da obra seria acabar com o gargalo de fluxo de carros na Av. Inácio Monteiro e Souza Ramos, hoje única forma de acesso entre a Estrada do Iguatemi e os seguintes bairros: Prestes Maia, Inácio Monteiro, Vila Paulista e Castro Alves.	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
18	Fora de perímetro	Sugiro estudo de viabilidade de extensão da Rua Barão Monteiro do Tremembé com Av. Souza Ramos. Hoje já existe uma "rua informal" sem pavimento que liga esses 2 logradouros. Apenas motos e pedestres tem acesso devido às más condições do local. O principal benefício da obra seria acabar com o gargalo de fluxo de carros na Av. Inácio Monteiro e Souza Ramos, hoje única forma de acesso entre a Estrada do Iguatemi e os seguintes bairros: Prestes Maia, Inácio Monteiro, Vila Paulista e Castro Alves.	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
19	Outra Subprefeitura	Ampliação da Via Ragueb Chohfi e Passagem Funda	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
19	Outra Subprefeitura	Ampliação da Via Ragueb Chohfi e Passagem Funda	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
20	Subprefeitura como um todo	Instalar uma Regional de Educação em Cidade Tiradentes	Gestão da rede de equipamentos públicos	Gestão e Monitoramento urbano	09 - Educação	Não
21	Subprefeitura como um todo	Pancadões de rua - fiscalização	Gestão espaço público	Gestão e Monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
22	Subprefeitura como um todo	Fiscalização às obras de asfalto novo	Gestão de contratos	Gestão e Monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
23	Subprefeitura como um todo	Construção da UBS Saradin	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
24	Subprefeitura como um todo	Centro de Especialidade no setor	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
25	Subprefeitura como um todo	Relacionado ao PDE, a necessidade do Programa de Regularização Fundiária e Urbanística inclusive nas COHABs	Resolução questão habitacional	Investimento	14 - Habitação	Sim
26	Subprefeitura como um todo	Promover o Programa Cidade Legal	Resolução questão habitacional	Investimento	14 - Habitação	Sim
27	Subprefeitura como um todo	Implantação e construção da sede do Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	Oferta equipamento público de assistência social	Investimento	01 - Assistência Social	Sim
27	Subprefeitura como um todo	Implantação e construção da sede do Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	Oferta equipamento público de assistência social	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
28	Subprefeitura como um todo	Maior divulgação dos Ecopontos	Oferta de ecopontos	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
29	Subprefeitura como um todo	Saneamento: córrego Souza Ramos	Prover infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

3. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

A presente seção apresenta as considerações e recomendações técnicas sobre as ações prioritárias para a implementação dos Perímetros de Ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura Cidade Tiradentes, conforme sinaliza o **Quadro 4**.

A consulta à sociedade civil, às secretarias municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações são propostas com aderência ao Plano de Ação da Subprefeitura, à Subprefeitura como um todo e aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 4: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Cidade Tiradentes.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas sociedade civil
Perímetro 58 - Conjunto Barro Branco E Região De Vila Yolanda, Jardim Fátima E Jardim Pérola	Investimentos em provisão habitacional, regularização fundiária, provisão de infraestrutura e serviços urbanos básicos, com destaque ao saneamento básico.	Resolução questão habitacional
		Oferta equipamento público de saúde
Perímetro 53 - Estrada do Iguatemi, Aveniza Souza Ramos e Arredores	Implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste. Investimentos em provisão habitacional, regularização fundiária, provisão de infraestrutura e serviços urbanos básicos, com destaque ao saneamento básico.	Resolução questão habitacional
		Oferta equipamento público de saúde
		Gestão tráfego
Perímetro 55 - Setor G, Setor Ferroviários e Arredores	Estímulo ao desenvolvimento econômico, e investimentos em habitação e saneamento básico.	Resolução questão habitacional
		Gestão do tráfego
		Oferta equipamento público de saúde
Diretrizes complementares a partir das propostas sociedade civil para a Subprefeitura como um todo		
Subprefeitura como um todo	Não há complementação de diretrizes.	

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura é a aplicação em ciclos de planejamento do Plano Regional da Subprefeitura. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear o gasto público e a implementação de ações e atividades prioritárias de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos

pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se inicia em 2019, e adota como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, este notadamente articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolhe, debate e valida as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e ainda considerando o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A complexidade e a grande demanda de ações prioritárias, como aponta o **Quadro 4 Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Cidade Tiradentes**, explicita a necessidade de investimentos públicos articulados, robustos e contínuos nas Subprefeituras. A efetivação do Plano de Ação da Subprefeitura é sustentada pelo desenvolvimento e implementação de projetos e intervenções urbanas associados aos Perímetros de Ação Prioritários e respectivas diretrizes.

Em específico, no caso da Subprefeitura Cidade Tiradentes, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura, com destaque à consulta a sociedade civil, ilumina os problemas urbanos de Cidade Tiradentes. Como já dito, trata-se de território dotado de vulnerabilidades socioambientais, com baixa oferta de empregos formais e baixo perfil de renda, com demandas por investimento em habitação, saneamento ambiental, oferta de equipamentos e serviços públicos básicos, mobilidade urbana, por exemplo. A dissolução dessas precariedades justifica e norteia a implementação de sistema municipal de planejamento urbano e a apresentação de propostas pela sociedade civil.

O desenvolvimento econômico com inclusão social, universalização do acesso a serviços e equipamentos básicos, por exemplo, não seria possível entre os anos de

2016 e 2020. Para a efetivação gradual do acesso às infraestruturas e serviços de saneamento básico, por exemplo, seria pertinente a articulação entre contrato de concessão desses serviços estabelecido entre o governo municipal e estadual em 2010, Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB e Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no município de São Paulo, assim como a especificação de prioridades e investimentos para os territórios das Subprefeituras.

A priorização de Perímetros de Ação contribui para o estabelecimento de uma terceira lógica de implementação de políticas públicas locais, articuladas entre si e a partir do espaço, orientadas por Perímetros de Ação, e com atenção às demandas populares. Isso pode significar uma mudança incremental no tratamento das precariedades, por meio da maior efetividade dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário poderia considerar esses fundos municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

O Plano Regional da Subprefeitura foi aprovado em 2016 com horizonte de planejamento para 2030, e observa-se que as diretrizes apresentadas pelos Perímetros de Ação Prioritários são válidas, permanecem importantes e devem ser efetivadas. Esse fato é evidenciado durante as etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021. Por isso é importante ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras, a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados e informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, potencializa a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.

ANEXOS

Anexo 01 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 02 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.